

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP

Exercício: 2012

Processo: 00225.000978/2013-60

Município: São Paulo - SP

Relatório nº: 201307533

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE
SÃO PAULO

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/SP,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201307533, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

1. Introdução

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 10 a 21/6/2012, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos

Verificamos na Prestação de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN TCU 63/2010 e pelas DN TCU 119/2012 e 124/2012.

Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN TCU 124/2012, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:



2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

Com objetivo de avaliar a conformidade das peças do processo de contas da CEAGESP, conforme disposto no art. 13 da IN TCU nº 63/2010, foram examinados o relatório de gestão e o processo de contas, autuado sob o nº 00225.000978/2013-60, e constatado que a Unidade elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2012.

A estratégia metodológica utilizada pela equipe de auditoria consistiu na análise de todos os itens que compõem o Relatório de Gestão e das peças complementares.

Por fim, cabe informar que as peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos das Decisões Normativas TCU n.º 119/2012 e 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

No Relatório de Gestão de 2012, a CEAGESP não apresentou comparações entre metas e resultados realizados. A única menção sobre indicadores foi realizada pela mensagem do Presidente do CEAGESP, na qual destacou que “Em um evidente sinal de vitalidade e importância estratégica no setor agroalimentar, a comercialização dos produtos no interior da CEAGESP supera suas próprias marcas históricas, apresentando um resultado operacional em crescimento da incrível importância de 36,12% na rede de Entrepósitos do Interior e de 35,2% na rede armazenadora, ambos em relação a 2011”. Como não houve a comparação entre a execução e a previsão, não houve análise a respeito dos atos e fatos que ajudaram e/ou prejudicaram o seu desempenho.

2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Os indicadores elaborados e utilizados pela CEAGESP são conceitualmente adequados e atendem as necessidades da mesma. Seguindo recomendação efetuada na auditoria de gestão do ano anterior, o Relatório de Gestão de 2012 efetuou análise de cada uma das unidades principais, confrontando-se os valores realizados na gestão de 2012 com os dos últimos dois anos. O que permite avaliar cada uma das unidades de entropostagem e armazenagem descritas no relatório anual.

Tipo de Indicador	Programa (código e descrição) ou Área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Completo e e Validade	Acessibilidade e Compreensão	Comparabilidade	Auditabilidade	Economicidade
Financeiro	Receita Operacional por unidade de Entropostagem e Armazenagem (R\$)	Receita Operacional (R\$)	Receitas provenientes da locação de áreas de Entropostagem e Armazenagem	Receitas provenientes da locação de áreas de Entropostagem e Armazenagem	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM



[Handwritten signatures and initials]

Tipo de Indicador	Programa (código e descrição) ou Área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Completud e e Validade	Acessibili- dade e Compre-ensão	Compara- bilidade	Auditabili- dade	Econo- micidade
Financeiro	Lucro Operacional por unidade de Entrepastagem e Armazenagem (R\$)	Lucro Operacional (R\$)	Diferença entre Receita Operacional e Lucro Operacional.	Diferença entre Receita Operacional e Lucro Operacional	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Índice de Inadimplência	Índice de Inadimplência das Contas a Receber	Relação entre contas a receber vencidos e a receber	Contas a Receber Vencidos/Contas a Receber	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Entrepastagem	Total da área disponível da unidade	Total da área disponível da unidade	Total da área disponível da unidade	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Entrepastagem	% de Áreas Vagas	% de Áreas Vagas	Áreas Vagas/Total da área disponível da Unidade	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Armazenagem	Tonelada média mensal operada pela Unidade	Tonelada média mensal operada pela Unidade	Tonelada média mensal operada pela Unidade	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Armazenagem	Produtividade	Equilíbrio operacional	Receita operacional/despesa operacional	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Armazenagem	Capacidade total estática (t)	Capacidade total estática (t)	Capacidade total estática (t)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

2.4 Avaliação dos Indicadores dos Programas Temáticos

Considerando que na Lei N °12.593/2012, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, os indicadores são exigidos apenas para os programas temáticos e que durante a gestão 2012 o decreto de Gestão do PPA 2012-2015 (Decreto 7.866/2012) foi publicado no DOU apenas em 20.12.2012, levando em conta, ainda, que mesmo nesse normativo as atribuições quanto à atualização dos indicadores dos programas recai sobre o Ministério do Planejamento e que a responsabilidade sobre os órgãos inicia-se a partir dos Objetivos (nível inferior ao nível dos programas), a avaliação do item 4 do anexo IV da DN 124/2012 restou prejudicada.

Quanto aos indicadores das ações que não são citados ou mencionados, nem na lei 12.593/2012, nem no Decreto 7.866/2012, estes já estão sendo avaliados nos resultados quantitativos e qualitativos da ação atendendo assim ao estabelecido na Portaria SOF n° 103, de 19 de outubro de 2012. Dessa forma, o controle interno se abstém de emitir opinião sobre o item 4 na gestão 2012.

2.5 Avaliação da Gestão de Pessoas

A partir da análise da gestão de pessoas da CEAGESP, pode-se inferir que a força de trabalho mostra-se adequada frente às atribuições da Entidade, que conta com 581 empregados efetivos (90% do total autorizado de 645 empregados) e com 46 empregados sem vínculo com a Administração Pública (80% da lotação autorizada de 57 empregados sem vínculo).

2.6 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

A DN TCU 119/2012 não estabeleceu a avaliação da gestão de transferências para a CEAGESP.

2.7 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

Na execução desta ação de controle foram analisados 18 processos licitatórios, sendo 9 de Licitações – Geral, 4 Dispensas de Licitação e 5 Inexigibilidades, quanto à sua adequada formalização e instrução nos comandos da legislação pertinente.

Os quadros abaixo apresentam os números de processos e recursos analisados:

I - Licitações – Geral

Quantidade total de Processos Licitatórios	Volume total de recursos dos processos licitatórios (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
51	51.984.517,63	9	26.733.743,38	0	0

II - Dispensa de Licitação

Quantidade total Dispensas	Volume total de recursos de dispensas (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
13	527.387,13	4	417.282,00	0	0

III - Inexigibilidade de Licitação

Quantidade total de Inexigibilidades	Volume total de recursos de Inexigibilidades	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
39	7.573.371,71	5	3.472.039,39	0	0

IV - Compras sustentáveis

Área	Quantidade de processos de compras na gestão 2012	Quantidade de processos de compra selecionados para avaliação	Quantidade de processos (dos avaliados) dispensados de aplicar a legislação de compras sustentáveis	Quantidade de processos (dos avaliados) em conformidade com a legislação de compras sustentáveis	Quantidade de processos (dos avaliados) em desconformidade com a legislação de compras sustentáveis
TI	6	0	0	0	0
Obras	2	1	0	1	0
Aquisição de lenha	1	1	0	1	0
Retirada de lixo	3	2	0	2	0
Transporte	2	1	0	1	0

Da análise realizada nos processos licitatórios supramencionados, verificamos o seguinte:

- a regularidade dos processos licitatórios quanto à sua adequada formalização e instrução nos comandos da legislação pertinente;
- a regularidade dos processos licitatórios feitos por inexigibilidade e dispensa de licitação quanto à sua adequada formalização e instrução nos comandos da legislação pertinente;
- que a CEAGESP vem utilizando os critérios e os princípios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços; e
- os controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações estão instituídos de forma a mitigar os riscos.

2.8 Avaliação da Gestão do Uso do CPGF

A DN TCU 119/2012 não estabeleceu a avaliação da gestão do uso do cartão de pagamentos do governo federal - CPGF para a CEAGESP.

2.9 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Em análise à capacidade da Companhia em intervir previamente sobre as causas que ensejaram a ocorrência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou de recursos, bem como as medidas adotadas para a gestão desse passivo, considerou-se as seguintes questões de auditoria: a) houve passivos assumidos pela UJ sem prévia previsão orçamentária de créditos ou de recursos? b) quais os esforços dispendidos pela UJ para minimizar ou evitar a ocorrência de passivos nessas condições? c) estão definidos em normativos internos os responsáveis pelo tratamento dos passivos sem prévia dotação orçamentária? d) existe avaliação de risco para os passivos contingentes em função da série histórica ou outro processo? e) são adotadas medidas compatíveis com os riscos identificados (estrutura pessoal e física da conformidade dos registros de gestão)? f) reconhecimento de Passivos por Insuficiência



de Créditos está registrado conforme a legislação vigente (NT STN 2.309/2007)? g) existem indicadores que possibilitem o gestor identificar fragilidades no processo? h) o gestor atua no atendimento das determinações e recomendações anteriores?

Com efeito, não foi identificado nenhum valor registrado nas contas contábeis pertinentes. Desse modo, são consideradas consistentes as informações apresentadas no Relatório de Gestão do exercício 2012 da CEAGESP, de que não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos durante o exercício sob exame.

2.10 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

As áreas relacionadas com Tecnologia da Informação foram objeto de exame nesta auditoria e constatamos que as recomendações realizadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas, Exercício de 2011, não foram implementadas.

Planejamento Estratégico de TI: Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. Segundo o Relatório de Gestão 2012, a diretoria já estabeleceu os objetivos de gestão e de uso corporativo de TI. De qualquer forma, o prazo para atendimento da recomendação venceu em 31/03/2013;

Política de Segurança da Informação: Ausência de ações e métodos que visam à integração das atividades de gestão de riscos, principalmente aqueles relacionados com a segurança organizacional dos processos institucionais estratégicos, operacionais e táticos da CEAGESP;

Recursos Humanos de TI: A área de TI é composta de 12 funcionários, 5 estagiários responsáveis pelo atendimento de suporte e 1 técnico (terceirizado) responsável pelo suporte de impressão. A documentação referente à estrutura dos cargos e salários não sofreu alterações em relação ao ano anterior, sendo que permaneceram inalterados os tópicos específicos para cada um dos cargos existentes na área de TI;

Desenvolvimento e Produção de Sistemas: A área de TI não desenvolveu metodologia padrão de desenvolvimento de sistemas. Igualmente, não desenvolveu estudos formais para verificar a compatibilidade entre os recursos de TI com as necessidades específicas de cada área de negócio;

Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI: A área de TI não define o nível de serviço requerido para cada processo. Na contratação de bens e serviços, a CEAGESP utiliza os mesmos processos de contratação geral.

2.11 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário

A partir da relação de imóveis fornecida pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP, a equipe de auditoria efetuou avaliação por meio de amostragem não aleatória dos bens imóveis existentes, bem como dos gastos com manutenção, locação e benfeitorias.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Verificamos que a CEAGESP não possui imóveis locados de terceiros, bem como não tem a obrigatoriedade de registrar os imóveis no SPIUnet, por não se amoldar ao conceito de Empresa Estatal dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Informa-se que a Portaria Interministerial nº 322, de 23/08/2001, definiu a base de dados do SPIUnet como principal fonte alimentadora do SIAFI para efeito de contabilização dos imóveis dos Órgãos Públicos Federais, Autarquias, Fundações Públicas e **Empresas Estatais dependentes**, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

As instruções complementares necessárias à execução do disposto na Portaria nº 322/2001 estão consignadas no Manual do SPIUnet, o qual define que a Unidade Gestora “*é responsável por fornecer as informações sobre seus próprios imóveis (Fundações, Autarquias e Empresas Estatais dependentes) ou sobre imóveis da União que estejam sob a sua responsabilidade*”.

Portanto, a CEAGESP, por não ser uma Empresa Estatal dependente, não é obrigada a lançar no SPIUnet todos os imóveis sob sua responsabilidade, sejam próprios, cedidos ou de terceiros, por força dos normativos supracitados.

Os contratos de serviços terceirizados de vigilância ostensiva e limpeza e conservação foram celebrados de acordo com a Lei 8.666/93.

Levantamento de Imóveis

I - Quantidade de Bens Imobiliários

Localização	Quantidade total de imóveis sob a responsabilidade da CEAGESP	
	2011	2012
Brasil	59	59
Exterior	0	0

II - Avaliação dos Gastos com Bens Imóveis

	Gastos Realizados com Reformas de Imóveis	
	Próprios	Locados de Terceiros
Valores Totais (R\$)	9.707.818,43	0
Percentual sobre o Total (%)	100	0

III - Despesas com Manutenção

	Gastos Realizados com Manutenção de Imóveis	
	Próprios	Locados de Terceiros
Valores Totais	810.264,70	0
Percentual sobre o Total (%)	100	0



SW
\$
7

IV - Avaliação dos Bens Locados de Terceiros

Qtde Existente	Qtde Avaliada	Quantidade em que foi detectada irregularidade (preço contratado superior ao preço de mercado)
0	0	0

V - Indenização das Benfeitorias Úteis sobre imóveis locados de Terceiros

Qtde Existente	Qtde Avaliada	Quantidade em que foi detectada irregularidade (preço contratado superior ao preço de mercado)
0	0	0

A estrutura de controles internos administrativos está montada de forma a minimizar os riscos relacionados à gestão dos bens imóveis da unidade.

2.12 Avaliação da Gestão Sobre as Renúncias Tributárias

Consultando o Relatório de Gestão verificamos, em seu item 5.5, que a CEAGESP declarou não praticar renúncia tributária, fato confirmado em consulta aos seus gestores.

2.13 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento dos acórdãos para a UJ considerando a seguinte questão de auditoria: caso haja uma determinação específica do TCU à CGU para ser verificada na AAC junto à UJ, a mesma foi atendida?

A metodologia consistiu no levantamento de todos os acórdãos que haja determinação para a UJ e seja citada a CGU com posterior verificação do atendimento do mesmo.

Durante o exercício de 2012, o Tribunal de Contas da União – TCU emitiu 10 (dez) acórdãos que determinam à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP procedimentos a serem cumpridos (Acórdão 625/2012 - Primeira Câmara; Acórdão 1948/2012 - Segunda Câmara; Acórdão 792/2012 – Plenário; Acórdão 1204/2012 – Plenário; Acórdão 2987/2012 - Primeira Câmara; Acórdão 3949/2012 - Segunda Câmara; Acórdão 3060/2012 - Primeira Câmara; Acórdão 4713/2012 - Segunda Câmara; Acórdão 2303/2012 – Plenário; Acórdão 2934/2012 - TCU - Primeira Câmara).

Desses, somente o Acórdão 2987/2012 - Primeira Câmara determina expressamente a atuação do Controle Interno, com o objetivo de verificar se Companhia apurou a responsabilidade dos envolvidos no prejuízo de R\$ 517.808,87, decorrente dos descontos realizados no acordo firmado com o SINCAESP em 3 de março de 2000. O gestor apresentou informações e evidências que comprovam o atendimento das determinações e o encaminhamento dos comprovantes à apreciação do TCU.



[Handwritten signatures]

2.14 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento das recomendações emitidas por ele considerando a seguinte questão de auditoria: A UJ mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU especialmente quanto: à instauração de TCE, à apuração de responsabilidade, ao fortalecimento do controle interno administrativo?

A metodologia consistiu no levantamento das recomendações existentes e emitidas durante a gestão 2012, com posterior verificação do atendimento.

O quadro a seguir mostra os resultados da análise:

Qtde. de Recomendações Pendentes (saldo inicial: 01/01/2012) A	Qtde. de Recomendações Emitidas em 2012 B	Qtde. de Recomendações atendidas integralmente C	Qtde. de Recomendações Pendentes (saldo final: 31/12/2012) D = A+B-C
6	39	25	20

Legenda: D - Considera-se pendente o que não foi atendido ou que foi atendido parcialmente.

Diante do exposto, verifica-se que 44% das recomendações encontram-se pendentes de atendimento.

2.15 Avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão considerando a seguinte questão de auditoria: A unidade possui carta de serviço ao cidadão nos moldes do Decreto nº 6932/2009?

A partir dos exames aplicados concluiu-se que a CEAGESP, que presta serviços ao cidadão, não possui carta de serviços ao cidadão.

2.16 Avaliação do CGU/PAD

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do Relatório de Correição considerando as seguintes questões de auditoria: Consta no relatório de gestão informação da designação de um coordenador responsável pelo registro no Sistema CGU-PAD de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na unidade? Existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar os procedimentos disciplinares instaurados e a devida utilização do sistema CGU-PAD na UJ? A UJ está registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD?

A partir dos exames aplicados concluiu-se que a CEAGESP não utiliza o sistema CGU-PAD para registro e acompanhamento dos processos administrativos disciplinares instaurados.

2.17 Avaliação do Parecer da Auditoria Interna

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do parecer de auditoria considerando a seguinte questão de auditoria: O parecer de auditoria contém todos os elementos previstos conforme consta na DN TCU 124/2012?

A metodologia consistiu na avaliação do Parecer de Auditoria encaminhado no processo de contas nº 00225.000978/2013-60.

A partir dos exames aplicados concluiu-se que o parecer de auditoria continha todos os elementos estipulados na DN TCU 124/2012.

2.18 Avaliação do Conteúdo Específico do Relatório de Gestão

A DN TCU 119/2012 não estabeleceu conteúdo específico para a UJ.

2.19 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: os controles internos administrativos instituídos garantem o atingimento dos objetivos estratégicos?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na avaliação das áreas de gestão auditadas e dos principais macroprocessos finalísticos. A partir da avaliação comparada entre os controles internos por área de gestão e os macroprocessos finalísticos emitiu-se uma opinião sobre os componentes: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação, monitoramento.

De todas as áreas avaliadas, observou-se que os componentes: ambiente de controle, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento estão consistentes em todas, enquanto que o componente avaliação de risco apresenta a maior fragilidade.

Ressalta-se que as áreas de gestão: compras, tecnologia da informação e resultados quantitativos e qualitativos, estão diretamente relacionadas aos principais macroprocessos finalísticos da UJ. Diante do exposto, pode-se afirmar com razoável segurança que há suficiência de controles internos para atingimento dos objetivos estratégicos, considerando ainda que a Companhia dispõe de planejamento estratégico, gerido pela divisão de Governança.

2. 20 Ocorrências com dano ou prejuízo

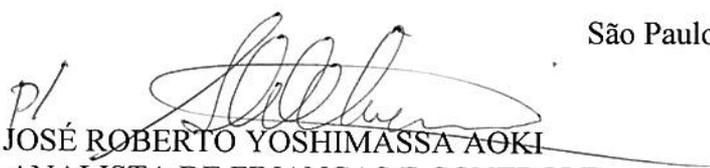
Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.



3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

São Paulo, 17 de setembro de 2013.

pl/

Nome: JOSÉ ROBERTO YOSHIMASSA AOKI
Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

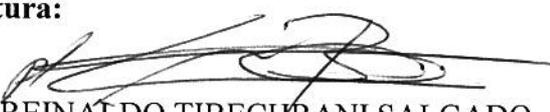
Assinatura:


Nome: FRANCISCO JOSÉ DE MORAIS NETO
Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

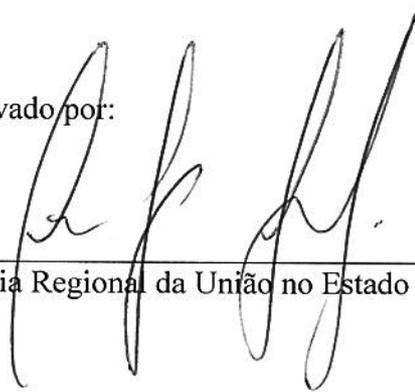

Nome: ROBERTO QUINTELA FORTES
Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:


Nome: REINALDO TIBECHRANI SALGADO
Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:



Chefe da Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo

1 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

1.1 Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

No Relatório de Gestão de 2012, a CEAGESP não apresentou comparações entre metas e resultados realizados.

Fato

No Relatório de Gestão de 2012, a CEAGESP não apresentou comparações entre metas e resultados realizados. A única menção sobre indicadores foi realizada pela mensagem do Presidente do CEAGESP, na qual destacou que *“Em um evidente sinal de vitalidade e importância estratégica no setor agroalimentar, a comercialização dos produtos no interior da CEAGESP supera suas próprias marcas históricas, apresentando um resultado operacional em crescimento da incrível importância de 36,12% na rede de Entrepósitos do Interior e de 35,2% na rede armazenadora, ambos em relação a 2011”*. Como não houve a comparação entre a execução e a previsão, não houve análise a respeito dos atos e fatos que ajudaram e/ou prejudicaram o seu desempenho.

1.1.2 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

A CEAGESP não conseguiu gerar o superávit orçado de R\$ 4,3 milhões em 2012. O déficit anual reduziu-se de R\$ 8,2 milhões (2011) para R\$ 2,5 milhões (2012).

Fato



Discriminação	(1) Realizado	(2) Orçado	(3) Realizado	(3)/(2)*100
	2011	2012	2012	%
Receitas Operacionais	142.096.164,57	154.834.716,48	151.144.163,72	97,62%
Entrepostagem	114.371.019,26	123.428.825,19	119.406.493,45	96,74%
Armazenagem	27.725.145,31	31.405.891,29	31.737.670,27	101,06%
Despesas Operacionais	136.566.263,02	151.105.092,72	143.969.992,09	95,28%
Pessoal e Encargos	48.176.202,99	52.089.215,00	49.931.627,82	95,86%
Materiais e Produtos	3.324.103,08	3.462.559,05	3.162.473,89	91,33%
Serviços de Terceiros	37.980.765,19	40.401.677,06	39.431.056,37	97,60%
Dispêndios Indiretos C/Pessoal	5.771.180,18	400.000,04	296.386,54	74,10%
Propaganda e Publicações Legais	308.788,78	6.542.424,40	5.685.294,52	86,90%
Utilidades e Serviços	20.630.113,64	23.529.637,18	21.997.110,43	93,49%
Tributos e Encargos	20.375.109,16	24.679.580,00	23.466.042,52	95,08%
Resultado Operacional Bruto	5.529.901,55	3.729.623,76	7.174.171,63	192,36%
Investimentos	7.400.052,28	11.277.022,64	10.808.397,46	95,84%
		625.000,00	625.000,00	100,00%
Receitas Não Operacionais	377.160,97	18.916.140,28	6.906.870,62	36,51%
Venda de Imóveis	367.704,95	1.842.701,28	1.842.700,92	100,00%
Demais	9.456,02	17.073.439,00	5.064.169,70	29,66%
Despesas Não Operacionais	6.899.190,42	6.400.720,00	5.180.657,42	80,94%
Demandas Trabalhistas	6.899.190,42	6.400.720,00	5.180.657,42	80,94%
Receitas/Despesas Financeiras	235.617,79	20.000,00	0,00	0,00%
SUPERAVIT/DÉFICIT	-8.156.562,39	4.363.021,40	-2.533.012,63	

Fonte: CEAGESP

A CEAGESP registrou receita operacional de R\$ 151,1 milhões em 2012, sendo que 79,0% foram decorrentes das receitas de entrepostagem e 21,0% de receitas de armazenagem, conforme pode ser observado na tabela anterior. As despesas operacionais foram da ordem de quase R\$ 144,0 milhões, resultando num lucro operacional bruto de R\$ 7,1 milhões. Conforme pode ser observado no quadro acima, os valores orçados e realizados da parte operacional registraram pequenas oscilações, se comportando de acordo com o esperado. A maior diferença aconteceu no item "Demais", cujo valor orçado de quase R\$ 17,1 milhões acabou se realizando em cerca de R\$ 5,1 milhões. Como resultado desse fator, o capital de giro da CEAESP sofreu nova redução de R\$ 2,5 milhões. De qualquer forma, foi um resultado em recuperação na medida em que o déficit registrado no ano anterior foi de quase R\$ 8,2 milhões.



Segundo o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012, a GEAGESP encerrou o exercício com capital circulante líquido (Ativo Circulante – Passivo Circulante) negativo de R\$ 23,4 milhões. O Capital Circulante Líquido observou acréscimo significativo decorrente dos valores depositados pela Fazenda do Estado de São Paulo em 27/03/2013 (R\$ 102,3 milhões) e em 10/05/2013 (R\$ 8,1 milhões). Segundo o Ofício nº 017/2013/CODIN, o Capital Circulante Líquido havia passado para superávit de R\$ 57,8 milhões em 31/03/2013, com Ativo Circulante no valor de R\$ 120,2 milhões e Passivo Circulante de R\$ 62,4 milhões.

1.1.2.2 CONSTATAÇÃO

Altos índices de ociosidade nas unidades frigoríficas e nas unidades de Marília e Guaratinguetá.

Fato

As unidades de entrepostagem de Guaratinguetá e Marília continuaram registrando prejuízos. Conforme pode ser observado na tabela a seguir, as unidades frigoríficas também registraram prejuízos. De modo geral (excetuando-se a unidade CEASA São Paulo, que permaneceu rentável), vale destacar que foram adotadas medidas visando melhorar os resultados operacionais das demais unidades, cujo lucro operacional consolidado se elevou de R\$ 6,7 milhões (2011) para quase R\$ 9,5 milhões (2012). Ou seja, um avanço de 41,2% no ano de 2012. O lucro operacional consolidado total das unidades de entrepostagem passou de R\$ 37,5 milhões (2011) para quase R\$ 38,5 milhões, registrando aumento de 2,4% no ano de 2012.

UNIDADES DE ENTREPOSTAGEM	2011		2012		2012	
	Receita Operacional	Lucro Operacional	Receita Operacional	Lucro Operacional	Total de Áreas	% Áreas Vagas
402 – ETSP – CEASA SÃO PAULO	39.468.321,00	30.851.785,00	32.975.005,00	28.993.169,00	7.849,0	2,42
534 – CERIB – CEASA DE RIBEIRÃO PRETO	3.218.702,74	2.021.908,45	2.999.103,14	2.471.728,29	736,0	3,26
537 – CESOR – CEASA DE SOROCABA	3.176.509,54	1.890.491,64	2.585.555,21	2.231.552,02	743,0	5,78
525 – CEBAU – CEASA DE BAURU	1.770.964,40	578.205,29	2.288.538,55	1.829.450,78	291,0	7,22
535 – CESJR – CEASA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2.870.478,03	1.393.051,06	2.254.239,87	1.624.354,72	497,0	12,88
536 – CESJC – CEASA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1.765.479,99	1.141.867,44	1.622.435,90	1.494.937,60	502,0	2,19
533 – CEPRE – CEASA DE PRESIDENTE PRUDENTE	1.587.828,15	921.726,52	1.344.669,33	940.525,95	226,0	12,39
532 – CEPJR – CEASA DE PIRACICABA	813.029,53	210.906,02	611.670,66	319.127,34	226,0	48,67
523 – CEARB – CEASA DE ARAÇATUBA	472.246,18	129.402,13	232.996,14	123.331,23	106,0	14,15
524 – CEARA – CEASA DE ARARAQUARA	619.991,67	168.108,51	395.043,41	76.987,92	82,0	26,83
545 – FRIOL – FRIGORÍFICO DE OLÍMPIA	0,00	0,00	50.050,08	50.050,08	0,0	0,00
539 – FRIAR – FRIGORÍFICO DE ARARAQUARA	0,00	-1,06	0,00	-0,38	0,0	0,00

UNIDADES DE ENTREPOSTAGEM	2011		2012		2012	
	Receita Operacional	Lucro Operacional	Receita Operacional	Lucro Operacional	Total de Áreas	% Áreas Vagas
540 – FRIBO – FRIGORÍFICO DE BOTUCATU	0,00	0,00	0,00	-0,38	0,0	0,00
528 – FRIVA – FRIGORÍFICO DE CATANDUVA	0,00	-13.877,96	0,00	-1.095,97	0,0	0,00
541 – FRIMA – FRIGORÍFICO DE MARÍLIA	0,00	0,00	0,00	-4.590,49	0,0	0,00
538 – FRARB – FRIGORÍFICO DE ARAÇATUBA	0,00	-5.637,20	0,00	-6.947,72	0,0	0,00
542 – FRIRB – FRIGORÍFICO DE RIBEIRÃO PRETO	0,00	-9.424,23	0,00	-17.695,24	0,0	0,00
527 – FRICA – FRIGORÍFICO DE CANANÉIA	0,00	-45.011,52	0,01	-43.903,35	0,0	0,00
529 – CEFRA – CEASA DE FRANCA	348.476,44	-56.323,27	157.198,52	-66.023,17	104,0	3,85
544 – FRIPE – FRIGORÍFICO DE IGUAPE	0,00	-115.225,10	0,00	-107.100,05	0,0	0,00
502 – SEDPI	0,00	-337.552,77	0,00	-132.610,01	0,0	0,00
530 – CEGUA – CEASA DE GUARATINGUETÁ	86.586,81	-102.131,67	103.653,78	-140.311,86	46,0	43,48
531 – CEMAR – CEASA DE MARÍLIA	243.043,69	-223.789,76	177.620,68	-152.309,01	98,0	52,04
509 – SAEXI	0,00	-115.210,04	0,00	-251.983,20	0,0	0,00
501 – DEINT – GERÊNCIA	53.806,97	-731.108,85	5.924,70	-764.752,00	0,0	0,00
TOTAL GERAL	56.495.465,14	37.552.158,63	47.803.704,98	38.465.892,10	11.506,0	-0-

Fonte: CEAGESP

Obs. 1: Lucro operacional = Receita Operacional – Despesas Operacional.

Obs. 2 : O Lucro Operacional das unidades não contempla o rateio dos custos indiretos, o que não o torna diretamente comparável com o Lucro Operacional do demonstrativo financeiro anual da CEAGESP.

Causa

Necessidade de definição clara de metas de resultados, conforme Inciso I do Parágrafo 7º do Estatuto Social, na qual define que cabe ao Conselho de Administração “fixar a orientação geral dos negócios e as prioridades da Companhia, acompanhando a sua execução”. A Diretoria Executiva, por sua vez, conforme o Inciso III do Parágrafo 5º do Estatuto Social, cabe “cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e as recomendações do Conselho Fiscal”. Dessa forma, o Conselho de Administração da CEAGESP deverá definir claramente as metas de resultado a serem atingidas e a Diretoria Executiva deverá implementar medidas para que as metas quantitativas possam ser atingidas.



Manifestação da Unidade Examinada

Com relação às unidades de entrepostagem deficitárias, o gestor assim se pronunciou:

Unidade de Franca: - Considerada uma unidade de pequeno porte, vem apresentando resultado operacional negativo, pois não rateava as despesas. Em meados de 2010 iniciamos o processo de ratear as despesas em vários itens para tentar equilibrá-la financeiramente. Em 2011 vários permissionários iniciaram um processo judicial e passaram a efetuar depósito em juízo de suas mensalidades devidas, alegando não concordarem com os valores cobrados de rateio pela CEAGESP (TPRU + Rateio das Despesas). A unidade apresenta alto índice de ocupação.

Unidade de Guaratinguetá: - A Unidade está encravada no Vale do Paraíba, mais precisamente próxima da cidade de Taubaté e a 80 km de São José dos Campos. Inicialmente quando de sua implantação a região tinha uma boa produção de hortigranjeiros, sendo abastecida pela colônia Piagui e pelos produtores de Cunha e do Sul de Minas Gerais (Cidades de Maria da Fé e Virgínia). Ocorre que na cidade de Taubaté – SP foi implantado o Mercatau – Mercado Atacadista de Taubaté, que faz uma concorrência bem grande, retirando permissionários que comercializavam na nossa Unidade. Atualmente a produção de hortigranjeiro teve uma redução bem considerável na produção e os produtores que operavam em Guaratinguetá deixaram de comercializar e outros foram atraídos pelo Mercatau de Taubaté, conforme já mencionado, dificultando assim a ocupação e operação da CEASA de Guaratinguetá. Hoje a unidade vem apresentando resultado operacional negativo devido a sua baixa ocupação e os poucos permissionários que temos não concordam com o rateio total das despesas, ficando difícil o equilíbrio econômico e financeiro da unidade. A gerência da unidade tem mantido contatos com o poder público local, associação comercial e associações de produtores, sindicato rural e mídia local, divulgando a Ceasa visando trazer clientes para a Unidade. Outra providência é a realização de licitações para ocupação das áreas ociosas, que já se encontra em andamento.

Unidade de Marília: - A Unidade está localizada na região oeste do Estado de São Paulo – SP, é considerada uma unidade de pequeno porte, apresenta um alto índice de ociosidade de áreas. Iniciamos em junho de 2010 a implantação do rateio das despesas, mas, encontramos grande rejeição por parte dos permissionários que ali comercializam, não concordando com o rateio da totalidade das despesas. O atual gerente tem mantido contatos com o poder público municipal, regional da secretaria da agricultura e sindicatos rurais, no objetivo de trazer novos produtores e empresas para ocupação de áreas na unidade. O Gerente, através de reuniões com o poder público municipal e os produtores da região de Marília colaborou na reativação da ABACEM – Associação Rural do Bairro Centro Mesquita, com o intuito de facilitar a vinda de novos produtores para a CEASA, para comercializarem os produtos de suas propriedades rurais. Com estas providências esperamos aumentar a eficiência operacional e financeira da unidade num prazo de um ano. Também, estamos no momento, realizando processo licitatório visando à ocupação das áreas ociosas.



Com relação às unidades de frigoríficas deficitárias, o gestor assim se pronunciou:

Araçatuba: - Unidade desativada - Temos somente despesas com recolhimentos de impostos. A CEAGESP efetuou a contratação de perito para avaliação do Imóvel, visando colocá-la a disposição para futura concessão, através da abertura de processo licitatório;

Araraquara: - Através de ação judicial o imóvel retornou para a Prefeitura;

Botucatu: - Unidade em comodato com a Prefeitura;

Marília: - Unidade desapropriada pela Prefeitura;

Cananeia: - Parte desta Unidade pertence a CONAB e parte pertence a CEAGESP. A parte que nos pertence foi cedida através de termo de cessão de uso à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, em 16 de janeiro de 2004;

Catanduva: - Unidade em comodato com a Prefeitura;

Ribeirão Preto: - Unidade desapropriada pela Prefeitura. Tivemos que recolher impostos antes da desapropriação;

Iguape: - A Unidade pertence ao Governo do Estado de São Paulo. A CEAGESP tem um Termo de Permissão de Uso a título precário com prazo indeterminado, assinado em 17 de maio de 2012. A finalidade deste frigorífico é prestar serviços aos pescadores artesanais da região de Iguape que não tem condição alguma de ressarcir as despesas da unidade. Há processo em andamento, junto a Prefeitura de Iguape, visando a formalização de um Termo de Convênio, objetivando reativar o funcionamento do frigorífico, desonerando a CEAGESP de quaisquer despesas.

Análise do Controle Interno

Pelas respostas do Gestor, as unidades de Franca, Guaratinguetá e Marília experimentam dificuldades da implantação do rateio das despesas, verificando-se baixo índice de ocupação nas duas últimas, embora seja esperado incremento da eficiência operacional e financeira da unidade de Marília no prazo de um ano. Com relação às unidades frigoríficas deficitárias, há necessidade de estudos mais aprofundados, pois as respostas fornecidas pelo gestor não apresentam propostas nem perspectivas para a viabilidade econômico-financeira de médio e longo prazo.

Recomendações:

Recomendação 1: Permanecemos recomendando definição de plano de ação para rentabilizar ou reduzir os prejuízos dessas unidades, além da implantação e do acompanhamento sistemático das metas e resultados de curto e médio prazos.



1.1.2.3 CONSTATAÇÃO

Unidades de armazenagem com prejuízo operacional, com baixos índices de produtividade.

Fato

No ano de 2012, observou-se que 1) as unidades de São Carlos, Itapeva, Ituverava, São Joaquim da Barra, Fernandópolis, Ribeirão Preto, Barra Funda e Araraquara registraram reduções nos prejuízos operacionais; 2) as unidades de Rubião Júnior, Paraguaçu Paulista, Avaré Graneleiro e Presidente Prudente registraram reversão de prejuízo para lucro operacional e 3) as unidades de Avaré, Baurú e Pederneiras registraram aprofundamento dos prejuízos operacionais. De modo consolidado, observa-se incremento de lucro operacional das unidades de armazenamento de R\$ 5,3 milhões (2011) para R\$ 7,2 milhões (2012). O que revela um avanço de 35,8% do lucro operacional consolidado em 2012, conforme pode ser observado no quadro a seguir.



UNIDADES DE ARMAZENAMENTO	LUCRO OPERACIONAL		TONELADA OPERADA				
			PRODUTIVIDADE		MÉDIA MENSAL (t.)		CAPACIDADE ESTÁTICA (t.)
	2.011	2.012	2011	2012	2011	2012	
TUTÓIA - ARARAQUARA	1.988.247,64	2.299.888,87	2,7	3,1	30.790	41.048	50.000
FRIGORIFICO POLIVALENTE	1.542.513,50	1.571.001,09	17,8	12,8			16.650
ARARAQUARA ANEXO	1.315.174,17	939.558,59	2,2	1,6	26.266	22.984	52.000
TATUÍ	2.165.721,88	846.841,05	1,7	1,2	93.055	61.804	100.000
OLIMPIA (*)	0,00	816.327,37					
VILA ANASTÁCIO	731.530,56	761.540,02	1,7	1,9	1.224	876	43.000
JAGUARÉ	838.046,56	753.399,24	1,6	1,6	28.090	22.744	29.000
TUPÃ	56.208,81	637.608,04	0,9	1,3	32.355	50.936	60.000
SANTOS 28 SETEMBRO	405.559,28	571.515,54	4,0	11,2			24.300
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	400.586,67	515.659,93	1,1	1,2	25.101	24.380	60.000
CATANDUVA	358.406,41	450.024,36					30.180
PALMITAL	388.098,37	392.325,73	1,1	1,1	43.880	67.299	100.000
OURINHOS	191.094,66	207.655,37	3,9	24,5			21.400
FRANCA	95.066,69	110.722,73	5,1	39,6			10.000
SÃO MANUEL	45.782,96	107.190,89	1,6	3,2			5.100
ITIRAPINA	83.350,87	100.192,76	4,2	7,6			41.000
ADAMANTINA	83.791,72	90.457,34	3,5	3,7			14.200
ASSIS	74.092,21	78.345,28	2,8	5,0			14.000
SÃO JOSE DO RIO PRETO	115.301,27	72.425,40	1,1	1,0	2.826	514	16.000
RUBIÃO JUNIOR	-202.883,71	67.204,62	0,6	1,1	4.378	11.699	60.400
PARAGUAÇU PAULISTA	-69.744,76	59.735,47	0,2	6,2			9.000
AVARÉ GRANELEIRO	-481.830,21	56.316,12	0,6	0,9	15.717	33.120	60.000
PRESIDENTE PRUDENTE	-38.078,09	15.137,35	0,9	1,0	7.911	9.232	20.000
AGUDOS	0,00	0,00					13.200
SÃO CARLOS	-8.891,76	-7.005,23					28.000
ITAPEVA	-17.536,00	-7.194,72					10.200
ITUVERAVA	-77.387,98	-29.987,12	0,0	0,3			25.200
BARRETOS	14.179,71	-33.327,14	0,9	0,6			11.000
SÃO JOAQUIM DA BARRA	-238.186,68	-100.160,63	0,3	0,6	10.259	24.490	100.000
AVARÉ Arm/Silo	-87.244,87	-139.000,81	0,5	0,4	3.218	2.103	14.900
FERNANDÓPOLIS	-156.881,55	-145.749,93	0,4	0,6	1.814	2.870	19.300
RIBEIRÃO PRETO	-417.307,93	-194.920,57	0,2	0,5	2.231	5.023	17.000
BARRA FUNDA (Terreno)	-262.531,04	-209.234,02	-0,1	0,3			
ARARAQUARA SEDE	-608.308,82	-278.231,99	0,6	0,8	48.931	35.763	70.100
BAURU	-356.186,37	-374.533,93	0,3	0,3	2.642	2.281	16.200
PEDERNEIRAS	-361.278,90	-504.293,34	0,3	0,1	3.831	0	46.400
DEPAR	-2.180.862,69	-2.294.415,05					
TOTAL GERAL	5.327.612,58	7.203.018,68	1,1	1,2	384.517	419.166	1.207.730

Obs. 1: índice de produtividade = 1 (equilíbrio operacional), produtividade < 1 (déficit operacional) e produtividade > 1 (superávit operacional).

Obs. 2: O lucro operacional das unidades não contempla o rateio dos custos indiretos e, portanto, não é diretamente comparável com o resultado operacional bruto do demonstrativo contábil do CEAGESP de 2012.

Causa

Necessidade de definição clara de metas de resultados, conforme Inciso I do Parágrafo 7º do Estatuto Social, na qual define que cabe ao Conselho de Administração “fixar a orientação geral dos negócios e as prioridades da Companhia, acompanhando a sua execução”. A Diretoria Executiva, por sua vez, conforme o Inciso III do Parágrafo 5º do Estatuto Social, cabe “cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e as recomendações do Conselho Fiscal”. Dessa forma, o Conselho de Administração da CEAGESP deverá definir claramente as metas de

resultado a serem atingidas e a Diretoria Executiva deverá implementar medidas para que as metas quantitativas possam ser atingidas.

Manifestação da Unidade Examinada

No Silo e Graneleiro de Avaré, observa-se nível de faturamento significativo (R\$ 1,789 milhão, mas com margem operacional de apenas 0,3%). Por meio da SA n.º 201307533/07, de 11/06/2013, foram apresentadas ao gestor os questionamentos que seguem:

Qual a razão dessa baixa margem operacional? O que pode ser feito para melhorar a margem operacional? Quais são as perspectivas de médio e longo prazo?

Resposta do Gestor: *A Unidade em 2011 vinha de um prejuízo operacional de R\$ 481.830,21 e as medidas propostas para melhoria do resultado da Unidade passavam por maior recebimento de grãos de produtores, cooperativas e de empresas que atuam na região, o que já ocorreu no primeiro semestre de 2012. Trabalhamos com intuito de utilizar a Unidade no segundo semestre para estocagem de açúcar a granel. Esta condição também foi alcançada, o que gerou o expressivo aumento de receita (74,46%-2012/2011). A melhoria do resultado a curto prazo será obtida com a manutenção dos contratos de estocagem de açúcar para o Graneleiro da Unidade e utilização do Silo Horizontal para recebimento e processamento de grãos. A médio/longo prazo, a Unidade carece de investimentos para a redução dos custos operacionais e manutenção dos níveis de estocagem obtidos a partir de 2012.*

Explicar as razões das unidades de armazenamento de Adamantina, Assis, Franca, Itirapina, Paraguaçu Paulista e São Manuel registrarem faturamentos anuais pouco expressivos (abaixo de R\$ 200 mil/ano), embora a maioria esteja com tendência de crescimento. As exceções seriam as unidades de Paraguaçu Paulista e São Manoel, que, além dos baixos faturamentos, registraram fortes oscilações nas receitas. O que está sendo feito para elevar os níveis de receita e lucro operacionais?

Resposta do Gestor: *Trata-se de Unidades cedidas, por permissão remunerada de Uso, unidades estas que estavam desativadas por serem Unidades inviáveis do ponto de vista econômico, e com a cessão passaram a contribuir com o resultado global e a redução dos custos gerais de manutenção. Quanto as Unidades de Paraguaçu Paulista e São Manuel em 2013 tiveram a situação estabilizada, com faturamento bruto em abril de 2013 R\$ 7.661,52 em Paraguaçu Paulista R\$ 12.000,00 para São Manuel. Estas Unidades estão disponíveis para alienação ou retomada de operação, caso haja mudança no perfil agrícola regional e nas condições econômicas para retomada da operação.*

Nas unidades deficitárias de entrepostagem, destaca-se a unidade de Araraquara, que registra faturamento elevado (R\$ 1,609 milhão), com prejuízo decrescente, mas ainda elevado (R\$ 278,2 mil). Explicar as causas e as possíveis soluções de médio e longo prazo. O mesmo se aplica à unidade de Ribeirão Preto. Com relação à unidade da Barra Funda, informar as condições do contrato com a empresa Terminal Barra Funda Estacionamentos Ltda. Informar as perspectivas das unidades de Avaré, Barretos,



Fernandópolis, Ituverava e Pederneiras, que registram receitas operacionais baixas e prejuízos relativamente elevados.

Resposta do Gestor:

Quanto a Unidade de Araraquara: As medidas adotadas em 2012 foi assinatura de contrato para estocagem com reserva de espaço para o segundo semestre, com garantia mínima de faturamento e também para transbordo de mercadoria, o que permitiu a melhoria do resultado da Unidade, com a redução citada. As medidas de curto prazo passam pela extensão do contrato para estocagem de açúcar a granel e de transbordo, o que resultou em reversão da situação, no primeiro quadrimestre do ano de 2013, com retorno do resultado operacional positivo. Medidas de médio e longo prazo passam por manutenção dos contratos e operações, além de investimentos para melhoria das condições operacionais da Unidade e redução de seus custos operacionais.

Com relação a Unidade de Ribeirão Preto, estão sendo estudadas medidas, visto os resultados obtidos nos últimos exercícios demonstram que a Unidade se torna inviável econômica e operacionalmente.

Quanto ao Terminal Barra Funda, o contrato continua em vigor, entretanto, o Permissionário solicitou suspensão de pagamento, alegando dificuldades relativas a uso do local, dado suposta invasão por parte dos moradores da favela existente nas imediações e das restrições para passagem sobre a linha férrea da CPTM existente no local. O contrato de concessão, tem prazo de 15 anos, com valor mensal de R\$ 43.800,00, sendo R\$ 26.280,00 pelos primeiros 60 meses, em função dos investimentos previstos, da ordem de R\$ 1.400.000,00.

A Unidade de Avaré vem operando como anexo ao Graneleiro da mesma cidade e em estudo medidas para melhoria de seus resultados, que passam por utilizá-la para recebimento de excedente daquela Unidade, entretanto, investimentos são necessários para sua volta a plena operação. Barretos não possui demanda e vem sendo utilizada excepcionalmente para estocagem em períodos de disponibilidade de açúcar em bags.

A Unidade de Fernandópolis teve melhoria de resultado e busca-se a definição de contratos que possibilitem seu uso de forma mais constante.

Ituverava encontra-se cedida, com receita e sem custos para a CEAGESP.

Pederneiras, Unidade de grande porte para estocagem de açúcar, entretanto, sem demanda no momento. Estudos vêm sendo efetuados para definição do futuro da Unidade.

Informar qual seria a margem operacional ou taxa de retorno sobre o patrimônio líquido das unidades de armazenagem e de entrepostagem consideradas adequadas para serem objeto de metas a serem atingidas no médio e longo prazo. Inclusive, fornecer qual seria a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido considerada adequada para a empresa Ceagesp.



Resposta do Gestor: *O orçamento aprovado pela Diretoria para o exercício de 2013 prevê uma margem de retorno operacional para o Departamento de Armazenagem de aproximadamente 17% sobre a receita líquida prevista para a rede armazenadora.*

Análise do Controle Interno

As respostas apresentadas pelo gestor não identificam com clareza se as unidades são deficitárias por problemas estruturais ou conjunturais. Assim, essas unidades permanecem necessitando de estudos aprofundados para verificar a viabilidade econômico-financeira de médio e longo prazo.

Recomendações:

Recomendação 1: Reiteremos a recomendação contida no item 3.1.1.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas, referente ao exercício de 2011, no sentido da Ceagesp elaborar Plano de Ação com horizonte de médio e longo prazo, além da implantação e do acompanhamento de metas de curto e médio prazos, visando elevar os índices de produtividade das unidades armazenadoras, em especial daquelas que registram prejuízos operacionais.

1.1.2.4 CONSTATAÇÃO

Ausência de mecanismos para identificar as fragilidades, assim como seleção e aplicação das possíveis medidas para gerenciamento de riscos.

Fato

A CEAGESP não desenvolveu mecanismos para identificar as fragilidades e potenciais riscos dos vários processos que são realizados em todas as unidades de entrepostagem, armazenagem e nos vários departamentos da unidade central da CEAGESP. Além da não identificação das fragilidades, existem problemas relacionados à morosidade e a falta de priorização na atualização de normas, procedimentos e instruções operacionais. Segundo o gestor, havia 21 normas operacionais e mais 10 normas gerais, administrativas, financeiras e de recursos humanos a serem atualizadas ao final de junho/2013. Por isso, enquanto houver normas operacionais, administrativas, gerais, financeiras e de recursos humanos desatualizados, o gerenciamento de riscos permanece com fragilidades.

Analisando-se a resposta do gestor, consideramos que as bases para o desenvolvimento da “Metodologia formal e regular para avaliação de riscos” da CEAGESP encontra-se desenvolvida, mas falta a aplicação e levantamento dessa metodologia em todas as áreas prioritárias da CEAGESP, assim como a atualização de todas as normas internas que estejam desatualizadas.

Causa

Não implementação efetiva da “Metodologia formal e regular para avaliação de riscos” da CEAGESP. Embora o Estatuto Social não seja explícito sobre o assunto, caberia à Diretoria Executiva a responsabilidade pela sua implementação



Manifestação da Unidade Examinada

Com relação ao desenvolvimento da “Metodologia formal e regular para avaliação de riscos”, o gestor assim se pronunciou:

Este trabalho visa fortalecer uma ação preventiva nas práticas que se caracterizam pela não conformidade das atividades/processos, identificar o risco de auditoria envolvido, os desvios éticos e o compromisso dos agentes públicos com a integridade dos objetivos da instituição, permitindo diagnosticar e monitorar as vulnerabilidades existentes na estrutura dos diversos procedimentos de rotina, como também, possíveis influências de interesses indevidos. Os dirigentes, com isto poderão, por exemplo, identificar e avaliar a adequação da estrutura, procedimentos e mecanismos de controle, antes que ocorram desvios, erros ou fraudes. A identificação dos itens que afetam, ou podem vir a afetar, a consecução dos objetivos da entidade, tem por finalidade o estabelecimento da maneira de neutralizá-los ou controlá-los.

Histórico do Projeto

Em julho de 2012, visando atender a esta demanda foi criado um grupo de trabalho formado por um colaborador da Coordenadoria de Auditoria Interna e um da Comissão de Ética da CEAGESP. Para subsidiar tecnicamente os trabalhos o grupo dedicou-se na leitura de diversos materiais, tais como a Norma ABNT 31000 – Gestão de Riscos, e metodologia COSO – PWC/Audibra 2007, entre outros. Após aquisição do conhecimento e visão geral da matéria elaboramos a metodologia prática a ser implantada de acordo com a realidade da CEAGESP do ponto de vista do menor custo com maior benefício. Realizamos pesquisas no sítio eletrônico da CGU, e aproveitamos o material elaborado em parceria com o portal “Transparência Brasil”, cujos papéis de trabalhos foram adaptados aos nossos objetivos e realidade. Elaboramos as “perguntas chave” sob a ótica da auditoria e também da ética - resultando em dois formulários distintos. Sendo que, o formulário com questões éticas será respondido pela própria área alvo, e o formulário com enfoque da auditoria será respondido pela CODIN – Coordenadoria de Auditoria Interna.

As análises das perguntas chaves serão baseadas nas atividades e/ou processos mapeados conforme a responsabilidade de cada setor/área. Para elaborar este projeto foi aproveitado o mapeamento realizado pela empresa de consultoria “Log1”, o qual identificou as atividades e processos internos da CEAGESP.

Da implementação

Ao final de maio/2013, concluímos a aplicação das pesquisas no Departamento de Entrepósitos do Interior – DEINT, designada como área “piloto”, para checagem dos resultados preliminares e aferição dos resultados tabulados. Os resultados obtidos foram satisfatórios e a fase atual é a de expandir a aplicação às demais áreas da Cia.

Dos Anexos





Para a referida análise pela Controladoria Geral da União, anexamos os papéis de trabalho elaborados até o momento, bem como a estrutura do projeto em execução, conforme segue:

Anexo I: Projeto Básico (3 folhas);

Anexo II: Cópias das Atas de reuniões do Grupo de Trabalho (8 folhas);

Anexo III: Modelo do questionário com enfoque em Auditoria (2 folhas);

Anexo IV: Modelo do questionário com enfoque em Ética (2 folhas); e

Anexo V: Gráfico de modelo para visualização dos graus de riscos (1 folha).

Análise do Controle Interno

O desenvolvimento de procedimentos para o gerenciamento de riscos e a aplicação do piloto inicia o processo de gestão de riscos no âmbito da Companhia. No entanto, além da não identificação das fragilidades nos diversos departamentos do CEAGESP, permanecem os problemas relacionados com a morosidade e a falta de priorização na atualização de normas, procedimentos e instruções operacionais. Por isso, enquanto houver normas operacionais, administrativas, gerais, financeiras e de recursos humanos desatualizadas, o gerenciamento de riscos permanece com fragilidades.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomendamos que a CEAGESP expanda o processo de identificação das fragilidades nos demais departamentos, assim como finalize o processo de atualização de normas, procedimentos e instruções operacionais. A finalização desses dois processos possibilitará adequado gerenciamento de riscos, contribuindo para tomada de decisões adequadas por parte da Diretoria Executiva da Companhia.

1.1.3 RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

1.1.3.1 INFORMAÇÃO

Os indicadores elaborados e utilizados pela CEAGESP são conceitualmente adequados e atendem as necessidades da Companhia.

Fato

Os indicadores elaborados e utilizados pela CEAGESP são conceitualmente adequados e atendem as necessidades da Companhia. Seguindo recomendação efetuada na auditoria de gestão do ano anterior, o Relatório de Gestão de 2012 efetuou análise de cada uma das unidades principais, confrontando-se os valores realizados na gestão de 2012 com os dos últimos dois anos. O que permite avaliar cada uma das unidades de entrepostagem e armazenagem descritas no relatório anual.



AVALIAÇÃO DOS INDICADORES UTILIZADOS

Tipo de Indicador	Programa (código e descrição) ou Área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Completude e Validade	Acessibilidade e Compreensão	Comparabilidade	Auditabilidade	Economicidade
Financeiro	Receita Operacional por unidade de Entrepastagem e Armazenagem (R\$)	Receita Operacional (R\$)	Receitas provenientes da locação de áreas de Entrepastagem e Armazenagem	Receitas provenientes da locação de áreas de Entrepastagem e Armazenagem	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Financeiro	Lucro Operacional por unidade de Entrepastagem e Armazenagem (R\$)	Lucro Operacional (R\$)	Diferença entre Receita Operacional e Lucro Operacional.	Diferença entre Receita Operacional e Lucro Operacional	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Índice de Inadimplência	Índice de Inadimplência das Contas a Receber	Relação entre contas a receber vencidos e a receber	Contas a Receber Vencidos/Contas a Receber	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Entrepastagem	Total da área disponível da unidade	Total da área disponível da unidade	Total da área disponível da unidade	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Entrepastagem	% de Áreas Vagas	% de Áreas Vagas	Áreas Vagas/Total da área disponível da Unidade	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Armazenagem	Tonelada média mensal operada pela Unidade	Tonelada média mensal operada pela Unidade	Tonelada média mensal operada pela Unidade	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Armazenagem	Produtividade	Equilíbrio operacional	Receita operacional/despesa operacional	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Institucional	Rede de Armazenagem	Capacidade total estática (t)	Capacidade total estática (t)	Capacidade total estática (t)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM



1.1.4 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

1.1.4.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Fato

Ausência de elaboração e divulgação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. Segundo o Relatório de Gestão 2012, a diretoria já estabeleceu os objetivos de gestão e de uso corporativo de TI, assim como estabeleceu metas de desempenho para cada objetivo de gestão. O prazo para atendimento da recomendação terminou em 31/03/2013.

Causa

Não priorização da demanda de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Apesar do Estatuto Social não explicitar, a responsabilidade pela implementação compete à Diretoria Executiva.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 277/2012/PRES D, de 26/12/2012, o gestor informou o seguinte: "O Processo de elaboração do PDTI se encontra em andamento. Na elaboração deste Plano estão sendo observados os Acórdãos do TCU (como por exemplo, o nº. 2.585/2012 e 1.608/2008) referentes à TI, conforme "Levantamento de Governança de TI 2012" realizado pelo Tribunal e encaminhado à CEAGESP. Os trabalhos encontram-se adiantados com previsão estimada para o término até 31/03/2013.

Análise do Controle Interno

Justificativa não acatada. O apontamento da necessidade do Plano Diretor de Tecnologia da Informação tem sido requisitado de exercícios anteriores e as datas previstas para o término dos trabalhos vêm sendo adiadas.

Recomendações:

Recomendação 1: Reiteramos a recomendação de que a CEAGESP elabore Planejamento Estratégico/Plano Diretor de TI para os próximos exercícios, observando alinhamento com as ações de TI elencadas no Planejamento Estratégico Situacional.

1.1.4.2 CONSTATAÇÃO

Ausência de formalização da Política de Segurança de Informação (PSI) da CEAGESP.

Fato

A Instrução Normativa nº 1/2008, do GSI/PR, norma que aprova orientações para a Gestão da Segurança da Informação e Comunicações para órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, conceitua a Gestão de Segurança da

Informação e Comunicações como ações e métodos que visam a integração das atividades de gestão de riscos, gestão de continuidade do negócio, tratamento de incidentes, tratamento da informação, conformidade, credenciamento, segurança cibernética, segurança física, segurança lógica, segurança orgânica e segurança organizacional aos processos institucionais estratégicos, operacionais e táticos, não se limitando, portanto, à tecnologia da informação e comunicações.

Causa

Não implementação formal da Política de Segurança de Informação (PSI). Apesar do Estatuto Social não explicitar, a responsabilidade pela implementação compete ao Departamento de Tecnologia da Informação, hierarquicamente subordinado à Diretoria Administrativa e Financeira.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201307533/02 de 05 de junho de 2013, a Unidade encaminhou apenas cópias dos processos de 1) liberação de acesso/cancelamento à rede CEAGESP para funcionário recém-admitido/demitido e 2) solicitação/cancelamento de acesso de um funcionário a internet e correio eletrônico.

Análise do Controle Interno

No Relatório de Gestão de 2012, a CEAGESP informou que *“aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa”*. Contudo, essas diretrizes não foram disponibilizadas. Dessa forma, após análise das documentações solicitadas e justificativas apresentadas pela Unidade, constatamos que inexistente um documento formal de Política de Segurança da Informação (PSI).

Recomendações:

Recomendação 1: Reiteramos a recomendação que a CEAGESP elabore sua Política da Informação e Comunicações (POSIC) de acordo com a Instrução Normativa nº 1/2008, do GSI/PR.

1.1.4.3 CONSTATAÇÃO

Ausência de rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da CEAGESP.

Fato

A CEAGESP havia se comprometido a desenvolver, implementar e documentar adequadamente rotina visando avaliar a compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades de cada uma de suas áreas até 31/03/2013. Conforme a resposta da SA 201307533/02, a rotina não foi implementada.

Causa

Não desenvolvimento de rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da CEAGESP. Apesar do Estatuto Social não explicitar, a



responsabilidade pela implementação compete ao Departamento de Tecnologia da Informação, hierarquicamente subordinado à Diretoria Administrativa e Financeira.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 277/2012/PRESA, de 26/12/2012, o gestor informou o seguinte: *“O Processo de elaboração do PDTI se encontra em andamento, o Departamento de TI (DETIN) já realizou o levantamento de todas as necessidades das áreas da Cia., após a conclusão o resultado será amplamente divulgado às áreas da Cia. Destacamos a criação do comitê de tecnologia da informação (O comitê de TI foi constituído em 05/04/2012 através da Portaria nº 008 de 05/04/2012) o qual acompanha os procedimentos da área de TI agregando, dessa forma, ideias e ações voltadas para a melhoria da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades de cada uma das áreas da Cia. Por fim, salientamos a falta de recursos financeiros/orçamentários da CEAGESP, fator este que dificulta a implementação da recomendação do controle interno de forma mais tempestiva. Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/03/2013”*

Análise do Controle Interno

Justificativa não acatada. O apontamento da necessidade do desenvolvimento de uma rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da CEAGESP vem sendo requisitado desde exercícios anteriores e as datas previstas para o término dos trabalhos vêm sendo tradicionalmente não cumpridas.

Recomendações:

Recomendação 1: Reiteramos a recomendação de que a CEAGESP desenvolva rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da CEAGESP.

1.1.4.4 INFORMAÇÃO

Análise do Departamento de Tecnologia da Informação.

Fato

As áreas relacionadas com Tecnologia da Informação foram objeto de exame nesta auditoria e constatamos que as recomendações realizadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas, Exercício de 2011, não foram implementadas.

Planejamento Estratégico de TI: Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. Segundo o Relatório de Gestão 2012, a diretoria já estabeleceu os objetivos de gestão e de uso corporativo de TI. De qualquer forma, o prazo para atendimento da recomendação venceu em 31/03/2013;

Política de Segurança da Informação: Ausência de ações e métodos que visam à integração das atividades de gestão de riscos, principalmente aqueles relacionados com a segurança organizacional dos processos institucionais estratégicos, operacionais e táticos da CEAGESP;



Recursos Humanos de TI: A área de TI é composta de 12 funcionários, 5 estagiários responsáveis pelo atendimento de suporte e 1 técnico (terceirizado) responsável pelo suporte de impressão. A documentação referente à estrutura dos cargos e salários não sofreu alterações em relação ao ano anterior, sendo que permaneceram inalterados os tópicos específicos para cada um dos cargos existentes na área de TI;

Desenvolvimento e Produção de Sistemas: A área de TI não desenvolveu metodologia padrão de desenvolvimento de sistemas. Igualmente, não desenvolveu estudos formais para verificar a compatibilidade entre os recursos de TI com as necessidades específicas de cada área de negócio;

Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI: A área de TI não define o nível de serviço requerido para cada processo. Na contratação de bens e serviços, a CEAGESP utiliza os mesmos processos de contratação geral.

2 GESTÃO OPERACIONAL

2.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1.1 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Análise dos recursos humanos da área de TI

Fato

A área de TI é composta de 12 funcionários, 5 estagiários responsáveis pelo atendimento de suporte e 1 técnico (terceirizado) responsável pelo suporte de impressão. A documentação referente à estrutura dos cargos e salários não sofreu alterações em relação ao ano anterior.

3 CONTROLES DA GESTÃO

3.1 CONTROLES EXTERNOS

3.1.1 ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO

3.1.1.1 INFORMAÇÃO

Determinações exaradas pelo Tribunal de Contas das União Pendentes de Atendimento.

Fato

– CEAGESP procedimentos a serem cumpridos (Acórdão 625/2012 - Primeira Câmara; Acórdão 1948/2012 - Segunda Câmara; Acórdão 792/2012 – Plenário; Acórdão 1204/2012 – Plenário; Acórdão 2987/2012 - Primeira Câmara; Acórdão 3949/2012 - Segunda Câmara; Acórdão 3060/2012 - Primeira Câmara; Acórdão 4713/2012 - Segunda Câmara; Acórdão 2303/2012 – Plenário; Acórdão 2934/2012 - TCU - Primeira Câmara).



Desses acórdãos, somente o Acórdão 2987/2012 – Primeira Câmara determina expressamente que o Controle Interno se pronuncie quanto a sua aplicação:

“9.5. determinar à Controladoria-Geral da União no Estado de São Paulo que acompanhe o cumprimento das determinações contidas neste acórdão nas próximas contas da entidade”.

Examinado-se as informações prestadas pelo gestor mediante o Ofício nº 013/2013/CODIN, de 17/6/2013, acerca da implementação pela UJ de determinações -se a adoção das seguintes providências:

Acórdão	Itens	Manifestação do Gestor	Análise do Controle Interno
2987/2012 - 1ª Câmara	9.4.1	<p>“a) Em atendimento a esta solicitação, encaminhamos o relatório preparado pelo Contador da época o qual demonstra que não ocorreu a prescrição da restituição do Imposto de Renda, pois este imposto foi utilizado como compensação dos créditos de anos seguintes. (ANEXO I).”</p> <p>“(b) Conforme informado anteriormente, os trabalhos foram realizados e encaminhados à CGU, segue anexo cópia do Relatório Final e do Ofício nº 133/2010/PRES. (ANEXO II).”</p>	O gestor apresentou informações e evidências que comprovam o atendimento das determinações do Tribunal de Contas da União, todavia não evidenciou o encaminhamento dos referidos comprovantes à apreciação do TCU.
2987/2012 - 1ª Câmara	9.4.2	<p>- “Segue anexa cópia do Relatório de Inventário Patrimonial – 2012;</p> <p>- A proposta das alterações na Norma NP-AD-13 - Bens do Ativo Imobilizado e Inservíveis está em fase de conclusão. Prazo: 90 dias. Segue anexa cópia da 1ª minuta.</p> <p>- Será encaminhado para aprovação da Diretoria, a relação dos bens sem valor residual, ou seja, totalmente depreciados, que representam aproximadamente 96% dos bens não localizados. Prazo: 30 dias</p> <p>- Substituir as chapas patrimoniais por etiquetas auto-adesivas com código de barras. Prazo: 6 meses</p> <p>- Após a aprovação da Norma NP-AD-13 - Bens do Ativo Imobilizado e Inservíveis, a SEFIP irá desenvolver vários trabalhos de orientação quanto a guarda dos bens, sendo sua divulgação com frequência periódica. (ANEXO III)”</p>	O gestor apresentou informações e evidências que comprovam o atendimento das determinações do Tribunal de Contas da União, mediante adoção de mecanismos de controle interno, todavia não evidenciou o encaminhamento dos referidos comprovantes à apreciação do TCU.



Acórdão	Itens	Manifestação do Gestor	Análise do Controle Interno
2987/2012 - 1ª Câmara	9.4.4	<p>“A CODIN realizou um trabalho com a finalidade de apurar as diferenças a maior percebidas por funcionários em face das respectivas nomeações pelo Concurso Público de 2002 – RE PA 005 03 13, cópia anexa, no qual recomenda-se ao DEARH submeter à análise jurídica, cópia anexa, a fim de orientar quanto a forma e a possibilidade de ressarcimento dos valores. Atualmente, o parecer jurídico encontra-se em análise no DEARH, para posterior deliberação. (ANEXO IV)”</p>	<p>A CEAGESP apurou o valor do prejuízo decorrente dos pagamentos indevidos, todavia não informou as ações a serem adotadas para recuperação dos valores.</p>
2987/2012 - 1ª Câmara	9.4.9	<p>Por meio do Ofício nº 267/2012 /PRES D, de 18/12/2012, o gestor informou:</p> <p>“Informamos que as Tomadas de Contas Especiais solicitadas foram instauradas conforme pode ser verificado através das cópias das Portarias nº 008 de 31/03/2008 - “Tomada de Contas Especial - identificação dos responsáveis e quantificação dos débitos referentes às irregularidades verificadas no contrato celebrado com a Wilton Roveri Advogados Associados” e nº 024 de 08/09/2009 – “Tomada de Contas Especial, visando a responsabilização dos envolvidos nos prejuízos causados à Companhia, no montante de R\$ 517.808,87, em decorrência dos descontos ocorridos por conta do acordo firmado com o SINCAESP em 03 de março de 2000, conforme apurado pela Comissão de Sindicância instituída pela Portaria nº 101, de 25/04/2003”. (Anexo IV)</p> <p>Destacamos também, que foi impetrada uma Ação Civil Pública sob o nº 2003.61.00.011664-8 visando ao ressarcimento do possível dano, cujos autos processuais foram instruídos com cópia integral da Sindicância objeto da Portaria nº 057 de 02/04/2012, conforme podemos observar nas cópias anexas. (Anexo V)</p> <p>Com a finalidade de correlacionar as informações prestadas, descrevemos abaixo o assunto da Portaria nº 100, mencionada na determinação do Egrégio Tribunal:</p> <p>“Portaria nº100, de 10.04.03, DOU de 06.05.03. (Anexo VI)</p> <p>Assunto: Promover a apuração de responsabilidades relativas ao envolvimento de funcionários e ex-funcionários da CEAGESP, em irregularidades, consoante apontados no relatório sindicante de que trata a Portaria nº 057, de 02.04.2002.”</p>	<p>O gestor apresentou informações e evidências que comprovam o atendimento das determinações do Tribunal de Contas da União, todavia não evidenciou o encaminhamento dos referidos comprovantes à apreciação do TCU.</p>



Diante do exposto, constatou-se que a CEAGESP não cumpriu integralmente a determinação exarada no item 9.4.4.

Por meio do Ofício nº 017/2013/CODIN, de 28/6/2013, o gestor apresentou a seguinte informação: “Através do Ofício 107/2013/PRES D de 28/06/2013, encaminhado ao TCU – Tribunal de Contas da União, foram atualizadas as ações adotadas para atender as demais determinações constantes do Acórdão 2987/2012. (ANEXO I)”

3.1.1.2 INFORMAÇÃO

Fragilidades dos Controles Internos da CEAGESP para atendimento das recomendações do TCU.

Fato

O gestor informou ter identificado o risco inerente ao intempestivo atendimento das determinações do TCU, todavia a estrutura de controles internos que a unidade dispõe para o atendimento das determinações apresenta as seguintes fragilidades:

- Ausência de medidas compatíveis com a avaliação de riscos no processo de atendimento às determinações do TCU, evidenciada pela morosidade na implementação das determinações e pelo fato de não ter informado ao Tribunal de Contas da União – TCU as ações adotadas para atender as determinações constantes do Acórdão 2987/2012.
- Ausência de indicadores de gestão monitorando a implementação das recomendações do TCU.

Por meio do Ofício nº 017/2013/CODIN, de 28/6/2013, o gestor apresentou a seguinte informação: “A CEAGESP, através da CODIN, implantará controles buscando efetivar mecanismos de auxílio à gestão de acompanhamento, com características específicas, por exemplo: prazo médio para atendimento; quantidades recebidas X atendidas no exercício; quantidades recebidas X pendentes no exercício, dentre outras”.

3.2 CONTROLES INTERNOS

3.2.1 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

3.2.1.1 CONSTATAÇÃO

Unidade de Auditoria Interna com estrutura regimental em desconformidade com o Decreto nº 3.591/2000 e Resolução CGPAR nº 02/2010.

Fato

Verificou-se que a Unidade de Auditoria Interna não está formalmente subordinada ao Conselho de Administração da unidade examinada, em desconformidade com o artigo 15, § 3º do Decreto no 3.591/2000 e Resolução CGPAR nº 02, de 31/12/2010 (publicada no D.O.U. de 28/3/2011) da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).



É importante destacar que a Resolução CGPAR nº 02/2010 fixou o prazo de um ano a partir da publicação da citada Resolução para as empresas implementarem as diretrizes nela dispostas, conforme indicado no artigo 3º a seguir transcrito:

“Art. 3º Nas empresas que necessitem de alteração ou adaptação dos Estatutos, convocação de Assembleia de Acionistas ou edição de Decreto Presidencial, o prazo para implementação destas diretrizes será de um ano, a contar da vigência desta Resolução.”

Causa

Fragilidade na regulamentação da atividade de auditoria interna e descumprimento do prazo fixado no artigo 3º da Resolução CGPAR nº 02, de 31/12/2010.

Manifestação da Unidade Examinada

O gestor foi notificado do fato mediante a Solicitação de Auditoria final, mas não se manifestou.

Análise do Controle Interno

Mantém-se o fato apontado.

Recomendações:

Recomendação 1: Alterar a estrutura regimental da CEAGESP, a fim de vincular a unidade de auditoria interna ao Conselho de Administração, em conformidade com o art. 15, §3º do Decreto nº 3.591/200 e artigos 1º e 3º da Resolução CGPAR nº 02/2010.

3.2.2 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

3.2.2.1 INFORMAÇÃO

Cumprimento integral da Portaria nº 494/2009 no processo de substituição dos terceirizados irregulares da CEAGESP.

Fato

Atendendo à determinação do Acórdão 2303/2012 - TCU Plenário, a CEAGESP informou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em resposta ao Ofício Circular no 1.028/2012 - SE/MAPA, que no âmbito da entidade houve o cumprimento integral da Portaria no 494/2009 no processo de substituição dos terceirizados irregulares, conforme transcrito:

“Tendo em vista que nossos exames não detectaram a existência das situações irregulares apresentadas no item 9.1.1.2 não há necessidade de substituição dos atuais contratos terceirizados por servidores efetivos (concursados). Entendemos que as determinações do TCU encontram-se atendidas.”



3.2.2.2 INFORMAÇÃO

Fragilidades na Estrutura Interna da Unidade para o Acompanhamento e Atendimento das Recomendações

Fato

O gestor informou ter identificado o risco inerente ao intempestivo atendimento das recomendações da CGU, todavia a estrutura de controles internos que a unidade dispõe para o atendimento das recomendações apresenta a seguinte fragilidade:

- Ausência de indicadores de gestão para monitorar o acompanhamento e atendimento das recomendações do Controle Interno.

Por meio do Ofício nº 017/2013/CODIN, de 28/6/2013, o gestor apresentou a seguinte informação: “A CEAGESP, através da CODIN, implantará controles buscando efetivar mecanismos de auxílio à gestão de acompanhamento, com características específicas, por exemplo: prazo médio para atendimento; quantidades recebidas X atendidas no exercício; quantidades recebidas X pendentes no exercício, dentre outras, bem como atualizar informações a cada Nota Técnica recebida”.

3.2.2.3 INFORMAÇÃO

Informações complementadas às apresentadas originalmente no Relatório de Gestão.

Fato

O Tribunal de Contas da União, em resposta à consulta formulada pela entidade, concedeu um prazo adicional para a entrega de uma nova versão do Relatório de Gestão de 2012, a fim de contemplar a retificação dos itens apontados mediante as Solicitações de Auditoria nº 201305733/10, 15 e 19.

Informação Complementada	Peça	Item/Normativo
Sumário	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, Anexo III
Listas de Tabela	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, Anexo III
Indicadores do planejamento estratégico	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 2.3
Indicadores de resultados da gestão	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 2.4
Sistema de Correição	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 3.4
Utilização do CGUPAD	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 3.5
Programas do PPA	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 4.1



Informação Complementada	Peça	Item/Normativo
Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 4.2
Indicadores de desempenho da gestão financeira	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 4.3
Indicadores de desempenho da gestão de recursos humanos	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 6.1.8
Consumo de papel, energia elétrica e água	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 9.2
Declaração de Autorização de Dados no SIASG e SICONV	Relatório de Gestão	DN TCU nº 119/2012, item 10.4
Rol de responsáveis	Anexo do Relatório de Gestão	DN TCU nº 124/2012, Anexo II
Processos administrativos disciplinares	Anexo do Relatório de Gestão	DN TCU nº 124/2012, Anexo III, item 6

Por meio do Ofício nº 017/2013/CODIN, de 28/6/2013, o gestor apresentou a seguinte informação: “Considerando o prazo adicional concedido para a entrega de uma nova versão, nesta data foi retransmitido o Relatório de Gestão 2012 ao TCU, bem como entregue à CGU, contemplando todas as retificações apontadas mediante as solicitações de Auditoria nº 201307533/10, 15 e 19”.

3.2.2.4 CONSTATAÇÃO

A unidade jurisdicionada é prestadora de serviços ao cidadão, porém ainda não implementou a carta de serviços ao cidadão.

Fato

A CEAGESP até o momento não implementou a carta de serviços ao cidadão, embora preste serviços de armazenagem e entrepostagem, deixando de cumprir o Decreto nº 6.932/2009, que dispõe no artigo 11:

“Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar ‘Carta de Serviços ao Cidadão’, no âmbito de sua esfera de competência.”

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201305733/10, o gestor informou mediante o Ofício nº 012/2013/CODIN:

“Quando da implementação do Acesso à Informação houve o entendimento de que o mecanismo – Carta de Serviço ao Cidadão estaria contido dentro o conteúdo publicado. Todavia, após questionamentos dessa Controladoria, foram identificados diversos aspectos que precisam ser considerados para a aplicação adequada deste recurso. Portanto, será providenciada a criação de um link, momento em que serão agrupadas as informações já existentes no Portal, relacionadas ao tema, e acrescidas as que ainda não estejam disponíveis.”



Por meio do Ofício nº 017/2013/CODIN, de 28/6/2013, o gestor apresentou o seguinte complemento: “Tendo em vista a necessidade de implantação da Lei de Acesso à Informação, será implementado este procedimento em nosso sítio da CEAGESP”.

Causa

Fragilidades na execução e no acompanhamento das ações de governança.

Manifestação da Unidade Examinada

A manifestação apresentada durante os trabalhos de campo foi incorporada ao fato.

Análise do Controle Interno

Não se aplica.

Recomendações:

Recomendação 1: Instituir a "Carta de Serviços ao Cidadão", a fim de divulgar os serviços prestados pela CEAGESP, conforme disposto no Decreto nº 6.932/2009.

3.2.2.5 CONSTATAÇÃO

Ausência de utilização do sistema CGU-PAD na CEAGESP.

Fato

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201305733/10, mediante o Ofício nº 012/2013/CODIN, a entidade informou não utilizar o sistema CGU-PAD para registro e acompanhamento dos processos administrativos disciplinares, descumprindo o disposto na Portaria CGU nº 1.043, de 24/7/2007. O gestor informou que adotará providências para implementação do sistema, conforme transcrito:

“A princípio o entendimento sobre o referido assunto era no sentido de que a CEAGESP não estava obrigada a prestar estas informações, todavia após os esclarecimentos da CGU realizaremos a adequação visando adotar as providências cabíveis para implementação no próximo exercício. Informamos que a CEAGESP, na figura do Diretor Presidente, quando identificada a necessidade de abertura de um processo administrativo disciplinar, nomeia uma Comissão através de Portaria para realização dos trabalhos de apuração. Estes trabalhos são acompanhados pela CODIN que elabora um acompanhamento e mensalmente disponibiliza as atualizações aos membros do Conselho Fiscal.”

Causa

Fragilidade nos mecanismos de registro e acompanhamento dos processos administrativos disciplinares.



Manifestação da Unidade Examinada

A manifestação apresentada durante os trabalhos de campo foi incorporada ao fato.

Análise do Controle Interno

Não se aplica.

Recomendações:

Recomendação 1: Implementar o sistema CGU-PAD para registro e acompanhamento dos processos administrativos disciplinares, em cumprimento à Portaria CGU nº 1.43, de 24/7/2007.

3.2.2.6 INFORMAÇÃO

Recomendações do Controle Interno Pendentes de Atendimento.

Fato

Examinando-se as informações referentes ao atendimento das recomendações do Controle Interno, verificou-se a adoção das seguintes providências:

	Nº Relatório	Item do Relatório	Situação Atual	Item específico da Parte "Achados de Auditoria" do Relatório
1	201109414	2.1.1.2 - Intempestividade no atendimento ao Acórdão nº 3.017/2009-Plenário, do Tribunal de Contas da União, e à Nota de Auditoria nº 246698/01, desta Controladoria-Regional.	Atendida	
2	201109414	2.1.5.1 - Pendências dos processos de inventário de bens patrimoniais, bens não localizados e não identificação de responsáveis.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
3	201109414	2.1.10.3 - Pendências de providências efetivas dos gestores em relação às unidades do Interior de São Paulo quanto à constatação detectada em exercícios anteriores de fuga ao processo licitatório na utilização de serviços de telefonia fixa e interurbanos.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
4	201109414	2.2.1.1 - Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI da CEAGESP.	Pendente de atendimento, com impacto na gestão.	1.1.4.1



	Nº Relatório	Item do Relatório	Situação Atual	Item específico da Parte "Achados de Auditoria" do Relatório
5	201109414	2.2.1.3 - Ausência de uma rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da CEAGESP.	Pendente de atendimento, com impacto na gestão.	1.1.4.3
6	201109414	2.2.1.4 - Ausência de um processo de trabalho formalizado e específico na contratação de bens e serviços de TI.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
7	201203844	3.1.5.2 - Ex-funcionários em situação de débito para com a CEAGESP.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
8	201203844	3.1.1.3 - Intempestividade no atendimento à recomendação desta Controladoria decorrente da morosidade e falta de priorização da atualização de normas, procedimentos e instruções operacionais.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
9	201203844	3.1.1.7 - Fragilidades no sistema de controle de concessão e ressarcimento de recursos para despesas com viagens.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
10	201203844	3.1.8.1 – Convênio em execução embora expirado.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
11	201203844	3.1.7.2 - Não atualização no SIASG e no SICONV das informações referentes, respectivamente, a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres firmados.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
12	201203844	3.1.5.1 - Pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade sem o respaldo de Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho atualizados.	Atendida	
13	201203844	3.1.1.2 - Ausência de metodologia formal e regular para avaliação de riscos.	Pendente de atendimento, com impacto na gestão.	1.1.2.4
14	201203844	3.1.1.5 - Índices elevados de ociosidade em unidades de entrepostagem.	Pendente de atendimento, com impacto na gestão.	1.1.2.2



	Nº Relatório	Item do Relatório	Situação Atual	Item específico da Parte "Achados de Auditoria" do Relatório
15	201203844	3.1.1.6 - Unidades de armazenagem com prejuízo operacional e baixos índices de produtividade.	Pendente de atendimento, com impacto na gestão.	1.1.2.3
16	201203844	3.1.1.8 - Manutenção das pendências na conciliação de contas a receber junto ao Governo do Estado de São Paulo e consequente atraso no recebimento de ressarcimentos impactando a gestão da CEAGESP no exercício de 2011.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
17	201203844	3.1.1.9 - Manutenção das fragilidades no sistema informatizado da Folha de Pagamentos.	Pendente de atendimento, sem impacto na gestão.	Recomendação monitorada via Plano de Providências Permanente
18	201203844	3.1.5.4 - Servidores de outros órgãos contratados sem a devida regularidade.	Atendida	
19	201203844	3.1.4.1 – Ausência de utilização do SPIUnet para a gestão de imóvel de uso especial da União sob responsabilidade da CEAGESP.	Atendida	
20	201203844	3.1.5.3 – Reiteração das práticas de contratação e nomeação para funções de confiança e cargos em comissão em desacordo com as diretrizes da própria Companhia.	Atendida	
21	201203844	1.1.1.1 - Adoção parcial de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens.	Atendida	

3.2.2.7 INFORMAÇÃO

Quantitativo de Recomendações Pendentes de Atendimento Superior a 25%

Fato

verificou-se que 44% delas permanecem pendentes de atendimento.

3.3 Planos de Auditoria

3.3.1 Planos de Auditoria

3.3.1.1 INFORMAÇÃO

A DN TCU 119/2012 não estabeleceu conteúdo específico para a CEAGESP.



Fato

A DN TCU 119/2012 não estabeleceu conteúdo específico para a CEAGESP.

4 GESTÃO FINANCEIRA

4.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO

4.1.1 ANÁLISE DA GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

4.1.1.1 INFORMAÇÃO

A CEAGESP não pratica renúncia tributária.

Fato

Consultando o Relatório de Gestão verificamos, em seu item 5.5, que a CEAGESP declarou não praticar renúncia tributária, fato confirmado em consulta aos seus gestores.

5 GESTÃO PATRIMONIAL

5.1 BENS IMOBILIÁRIOS

5.1.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

5.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliar de forma objetiva a gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP classificados como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros.

Fato

Durante a execução desta ação de controle cujo objetivo é avaliar de forma objetiva a gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP classificados como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros verificamos o seguinte:

- a suficiência da estrutura de pessoal do CEAGESP para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade, da União e próprios;
- a CEAGESP não possui imóveis locados de terceiros;
- a existência de estrutura tecnológica para gerir os imóveis;
- a CEAGESP, como Sociedade de Economia Mista, não tem a obrigatoriedade de usar o SPIUnet; e
- a CEAGESP tem apenas um imóvel da União, que está locado a terceiros.

6 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS



6.1 MOVIMENTAÇÃO

6.1.1 QUANTITATIVO DE PESSOAL

6.1.1.1 CONSTATAÇÃO

O quantitativo de desligamentos de funcionários da CEAGESP informado no Relatório de Gestão difere do quantitativo apurado pela equipe junto ao departamento de recursos humanos.

Fato

Solicitamos à CEAGESP fornecer planilha contendo a relação de servidores admitidos e desligados durante o ano de 2012.

De acordo com essa planilha, foram desligados 45 funcionários nesse período, mas no Relatório de Gestão consta que o número de desligamentos foi de 41 funcionários.

Causa

Falha de controle interno por parte do Departamento de Administração de Recursos Humanos – DEARH.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 017/2013/CODIN, de 28/06/2013, assim manifestou-se a CEAGESP: “*As informações foram corrigidas no Relatório de Gestão – 2012, nova versão*”.

Análise do Controle Interno

A CEAGESP reconheceu a inexatidão do quantitativo em questão e efetuou a devida correção.

6.1.2 PROVIMENTOS

6.1.2.1 INFORMAÇÃO

A CEAGESP não registrou os atos de pessoal no SISAC em 2012, devido a problemas no cadastro de usuários no sistema.

Fato

Constam do Relatório da Gestão 2012 da CEAGESP as seguintes informações:

“6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação
As informações sobre os atos de pessoal devem ser prestadas somente pelas unidades jurisdicionadas que tenham na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos



do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Tais informações devem ser prestadas de acordo com os quadros a seguir.

O TCU promoveu em 2012 o recadastramento de Gestores de usuários do Sistema SISAC.

A CEAGESP realizou as indicações e em 2013 o acesso foi regularizado.

Em 2012 não foram informados os atos de pessoal através do sistema citado.

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	40	81		
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	40	81		
Em admissões 2012: 08 empregados são "Ad nutum"				
Em admissões 2011: 20 empregados são "Ad nutum"				

Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	41	59		
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	41	59		
Em desligamento 2012: 06 empregados são "Ad nutum"				
Em desligamento 2011: 23 empregados são "Ad nutum"				

Quadro A.6.11 - Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC



Atos não cadastrados no sistema.”

Ocorreu, portanto, que a CEAGESP não cadastrou nenhum ato no SISAC em 2012, devido a problemas no cadastro de usuários no sistema. Em 2012 foi efetuado o recadastramento, e o acesso foi regularizado em 2013.

6.2 REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

6.2.1 CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

6.2.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação dos controles internos administrativos relacionados à gestão de pessoas.

Fato

Em nossa Solicitação de Auditoria – SA nº 201307533/03, de 05/06/2013, solicitamos, quanto aos Controles Internos na Gestão de Pessoas:

- 1.1 “Disponibilizar os documentos (regimento, estatuto, normas, manuais, organograma, etc.) que formalizem as atividades e procedimentos relacionados à gestão de pessoas.
- 1.2 Disponibilizar os normativos internos que determinem os responsáveis pela gestão de pessoas;
- 1.3 Disponibilizar os atos publicados (em jornal oficial ou outra publicação oficial da Unidade) de delegação de autoridade do último ano, se houver;
- 1.4 Disponibilizar o organograma hierárquico dos departamentos/secretarias com respectivas atribuições e responsabilidades.
- 1.5 Informar, com relação aos riscos para o atingimento das metas estabelecidas pela UJ:
 - a) quais os instrumentos utilizados para identificação dos riscos e pontos críticos em função do objeto, da materialidade, da entidade e terceiros envolvidos;
 - b) quais medidas corretivas são adotadas no caso de desvios no cumprimento das metas estabelecidas pela UJ;
 - c) se existe priorização para atividade(s)/procedimento(s) relacionadas à gestão de pessoas que seja(m) mais sensível(eis), em termos de relevância, criticidade, materialidade, objeto, etc.;
 - d) qual a rotina usada para assegurar que as atividades/procedimentos sensíveis sejam feitas tempestivamente (rotinas estabelecidas como check-list, ou instrução normativa, etc.); e
 - e) em caso de identificação de inconformidades nas atividades/procedimentos, qual a rotina usada para assegurar que as providências sejam adequadas e tempestivas (rotinas estabelecidas como check-list, ou instrução normativa, etc.).
- 1.6 Informar quais são os indicadores utilizados para identificar fragilidades bem como acompanhar os processos envolvidos na gestão de pessoas.
- 1.7 Disponibilizar os documentos/relatórios que comprovem qual a rotina de acompanhamento (monitoramento) das ações tomadas no ano de exercício de



Em resposta ao item 1.1 a CEAGESP disponibilizou os seguintes documentos:

- NG-001 – Organograma
- NG-004 – Regulamento de Pessoal
- NG-005 – Regulamento de Ponto e Frequência
- Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS
- Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções – PGECF

E os seguintes formulários:

- Relatório de Período de Experiência
- Revisão da Conformidade de Lançamentos na Folha de Pagamentos
- Revisão da Conformidade de Valores da Folha de Pagamentos – SEDEP
- Revisão da Conformidade de Valores da Folha de Pagamentos – SESMT
- Revisão da Conformidade dos Documentos para Processo de Admissão
- Revisão da Conformidade dos Documentos para Formação de Prontuário

Quanto ao item 1.2:

No documento NG-001 – Organograma, consta que a gestão de pessoas é realizada pelos gestores dos seguintes departamentos e seções:

- Departamento de Administração de Recursos Humanos – DEARH (subordinado à Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI). Ao DEARH subordinam-se:
 - a Seção de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT,
 - a Seção de Pessoal – SEPES e
 - a Seção de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas – SEDEP.

Quanto ao item 1.3:

A CEAGESP respondeu, via e-mail: “*publicamos apenas atos de cessão de servidor*”.

Quanto ao item 1.4:

A resposta está contida no documento 'NG-001 – Organograma', já citado.

Quanto ao item 1.5:

A CEAGESP respondeu, via e-mail: “*não realizamos controles para atingimento de metas, apenas procedimentos internos para assegurar que sejam realizadas em conformidade com os normativos*”.

Questionamos, também via e-mail, sobre quais são os procedimentos internos para assegurar que sejam realizadas em conformidade com os normativos.

Em resposta, a CEAGESP enviou-nos o documento ‘Procedimento Interno SEPES – Seção de Pessoal’, contendo procedimentos relacionados a, principalmente, admissão, férias, rescisão e folha de pagamento.

Quanto ao item 1.6:



A CEAGESP respondeu, via e-mail: “*Avaliação de Desempenho, Controle de Frequência, Acidente do Trabalho e Turnover, conforme relatório de gestão*”.

Quanto ao item 1.7:

A CEAGESP respondeu, via e-mail: “*Quanto à rotina de acompanhamento das ações tomadas no ano de 2012 em atendimento às recomendações dos órgãos de controle (CGU) esta é realizada pela CODIN - Coordenadoria de Auditoria Interna, que encaminha as respectivas constatações para manifestação da área gestora, posteriormente a resposta da área é analisada pela CODIN, e caso esteja coerente é inserida no Plano de Providências Permanente, documento que é encaminhado à CGU para análise e manifestação. Destacamos que mantemos em arquivo (pasta) as respostas encaminhadas (fisicamente), como também há os arquivos magnéticos (e-mail) que mantemos para comprovação da resposta.*

Destaca-se que a rotina de acompanhamento das ações tomadas no ano de 2012 em atendimento às determinações do TCU, também é realizada pela CODIN, as solicitações do Tribunal são direcionadas à Presidência, por meio da Auditoria Interna, que após análise do conteúdo encaminha à área gestora para as providências necessárias quanto a implementação das determinações, e elaboração do ofício de resposta que será enviado ao TCU - via Presidência. Todas as solicitações, bem como as respectivas respostas são autuadas no processo administrativo correspondente, quando for o caso, e arquivadas na CODIN, que atualiza um Relatório de Acompanhamento destas ações disponibilizado periodicamente ao Conselho Fiscal”.

Assim, no que se refere aos controles internos instituídos pela Unidade na área de recursos humanos, constatou-se a seguinte fragilidade:

a) Ausência de controles para atingimento de metas.

Face ao exposto, pode-se concluir que os procedimentos de controle interno adotados pela Unidade Jurisdicionada na área de recursos humanos, embora tenham sido suficientes para permitir a regularidade das ações verificadas pela equipe, não favorecem a identificação das fragilidades e potenciais riscos no desempenho da gestão de pessoas, bem como a seleção e aplicação de possíveis medidas de controle apropriadas, incluídas as medidas regulamentares para gerenciamento do risco, inexistindo um intercâmbio interativo de informações e opiniões sobre os riscos entre os responsáveis por avaliá-los, gerenciá-los e outras partes interessadas.

6.2.1.2 INFORMAÇÃO

Análise de atos de admissão e desligamento de pessoal

Fato

Solicitamos, por e-mail enviado à CODIN - Coordenadoria de Auditoria Interna, em 14/06/2013, que nos fossem disponibilizadas as folhas de pagamentos mensais de todo o ano de 2012 e de janeiro de 2013, bem como os processos de admissão de servidores comissionados realizados em 2012.

Quanto ao exame das folhas de pagamento relativas aos servidores desligados em 2012, em número de 37 funcionários regulares e 9 comissionados, os valores pagos a título de rescisão não apresentaram irregularidade, nem foram constatados casos de funcionários em débito.

Quanto ao exame dos atos de admissão de servidores comissionados, verificamos que foram em número de 8, de acordo com a seguinte tabela:

Matricula	Admissão	Cargo	Provento
050117	23/2/2012	Gerente de Entreposto II	6.324,80
050119	7/5/2012	Coordenador de Assessoria I	8.901,00
050121	4/6/2012	Gerente de Entreposto I	4.299,91
050124	4/6/2012	Assistente Executivo II	4.454,43
050132	2/7/2012	Assessor Técnico II	8.898,38
050134	4/7/2012	Gerente de Entreposto I	4.299,91
050146	22/10/2012	Assessor da Presidência	9.342,41
050122	04/06/2012	Gerente de Entreposto II	6.324,80

Com base nos exames dos processos referentes a essas admissões, não foram constatadas irregularidades.

7 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

7.1 PROCESSOS LICITATÓRIOS

7.1.1 OPORTUNIDADE DA LICITAÇÃO

7.1.1.1 INFORMAÇÃO

Fato

Da análise de 9 (nove) processos licitatórios, no valor de R\$ 26.733.743,38 (vinte e seis milhões, setecentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos), quanto:

- à necessidade e motivação da aquisição do objeto;
- à análise da aquisição do instrumento convocatório;
- às partes constitutivas do instrumento convocatório;
- à análise da modalidade utilizada;
- à análise dos prazos de publicação do edital;
- à análise da descrição do objeto e condições para execução;
- às condições para participação no certame licitatório;
- aos critérios de julgamento; e
- à análise da aceitabilidade das propostas e dos aspectos referentes ao pagamento.



Observou-se que os procedimentos analisados atendem as orientações emanadas pelos órgãos de controle e guardam conformidade normativa, conforme amostra abaixo descrita:

I – Processos analisados

	Proc. Nº	Objeto	Valor	Obs:
01	116/2009	Serviços de Monitoramento de Imprensa – Clipping de mídia impressa Online.	30.720,00	Convite
02	028/2011	Construção de Sanitários Públicos – Pavilhão MSC.	235.890,00	Tomada de Preços
03	123/2011	Fornecimento e Instalação de Quadros Elétricos de Distribuição de Energia nos Pavilhões do ETSP.	1.189.969,78	Concorrência
04	023/2009	Serviços de Seguro para cobertura de Bens Próprios, Terceiros, Vida em Grupo, Vida Facultativo e Frota Veículos.	1.438.706,16	Pregão Presencial
05	042/2010	Prestação de Serviços de Containerização, Coleta Seletiva, Transbordo, Reciclagem e Destinação Final no ETSP.	11.075.999,88	Pregão Presencial
06	016/2011	Execução de Serviços de Pavimentação Asfáltica nas Dependências do CEAGESP.	3.225.255,00	Pregão Presencial
07	200/2006	Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial para o ETSP e Unidades Armazenadoras da Capital.	8.120.362,56	Pregão Eletrônico
08	017/2009	Prestação de Serviços de Assistência Médico-Hospitalar aos Funcionários, Dependentes e Agregados da CEAGESP.	1.230.840,00	Pregão Eletrônico
09	146/2010	Empresa para Manutenção Anual com Vistoria Mensal e Revisão Semestral para 30 Balanças.	186.000,00	Pregão Eletrônico
		Total	26.733.743,38	

7.1.2 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

7.1.2.1 INFORMAÇÃO

Avanços obtidos pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP na utilização de critérios e princípios de sustentabilidade ambiental em suas aquisições e contratações.



Fato

Durante os trabalhos de auditoria, verificou-se que CEAGESP avançou na adoção de critérios e princípios de sustentabilidade ambiental em suas aquisições e contratações e que a mesma, sempre que aplicável, vem adotando os critérios e princípios de sustentabilidade ambiental nos seus editais de compras. Como exemplo, citamos os seguintes:

- O Pregão Presencial nº 003/2010, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de containerização, coleta seletiva, transbordo, reciclagem e destinação final no ETSP, te a seguinte cláusula quanto à qualificação técnica:

“c) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT, expedido pela entidade profissional competente (registro no sistema CREA), onde conste a empresa licitante como contratada, comprovando aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, ou de complexidade técnica superior, que comprove(m), isoladamente ou somados, a capacidade técnica de prestação anterior dos serviços de maior relevância, conforme segue:

c.1) Coleta Seletiva Containerizada de Resíduos – 1.500 toneladas/mês;

c.2) Operação de Transbordo e transporte de Resíduos – 1.500 toneladas/mês;

c.3) Compostagem de Resíduos Orgânicos oriundos de Frutas/Legumes e Verduras – 750 toneladas/mês;

c.4) Destinação de Resíduos em Aterro Sanitário Licenciado – 900 toneladas/mês;”

- Na contratação dos serviços de impressão, a Ata de Registro de Preços do edital do Pregão Presencial nº 045/2011, do Ministério Público Federal, tem a seguinte cláusula de sustentabilidade ambiental: *“Assim a contratada ficará responsável pelo devido recolhimento dos consumíveis utilizados, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos equipamentos, que deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitada a legislação ambiental”;*

- O Edital para o Registro de Preços para aquisição de lenha de eucalipto para as unidades armazenadoras de Avaré, Bauru, Engº Schimidt, Palmital, Presidente Prudente, Tatuí e Tupã, tem a seguinte exigência em sua cláusula 5.2.: *“A licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:*

.....

d) Cadastro Técnico Federal – certificado de regularidade do IBAMA de acordo com a Lei nº 6.938/81, alterada pela Lei nº 10.165/2000;

e) Certificado de Reposição florestal em conformidade com a Lei Estadual 10.780/2001, Decreto 52.762/2008, expedida pela Secretaria de estado do Meio Ambiente”;

- Para as licitações de coleta de lixo nos CEASAS do interior temos a seguinte cláusula:



“4 – Aterro Sanitário

4.1 – O proponente vencedor do certame licitatório deverá apresentar, antes da assinatura do instrumento contratual, uma carta de anuência onde serão descarregados e depositados os resíduos inservíveis provenientes do Entrepasto de Piracicaba e uma cópia autenticada da licença do Aterro devidamente aprovado, licenciado e autorizado pelos órgãos competentes”;

- O CEAGESP comprou, no final de 2012 e começo de 2013, 300 Lâmpadas Tubulares tipo Led com o intuito de economizar energia elétrica; e

- Atualmente, dos cerca de 1.600 produtos de almoxarifado, 638 possuem certificado de respeito a algum critério de sustentabilidade ou na produção ou na embalagem..

7.2 CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

7.2.1 CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

7.2.1.1 INFORMAÇÃO

Fato

Durante a análise de 5 (cinco) processos de Inexigibilidades, no valor de R\$ 3.472.039,39 (três milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, trinta e nove reais e trinta e nove centavos), quanto ao correto enquadramento, de acordo com as hipóteses de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei nº 8.666/93) e quanto a sua correta instrução (art. 26, Lei 8.666/93). Observou-se que os procedimentos analisados atendem as orientações emanadas pelos órgãos de controle e guardam conformidade normativa, conforme amostra a seguir descrita:

I - Inexigibilidades

	Proc. Nº	Objeto	Valor	Obs.:
01	016/2002	Fornecimento de Energia Elétrica para CEASA Sorocaba.	400.000,00	
02	074/2002	Fornecimento de Energia Elétrica para o Frigorífico de Pescado.	720.000,00	
03	139/2002	Fornecimento de Energia Elétrica para CEASA Ribeirão Preto.	780.000,00	
04	002/2010	Aquisição de partes e peças originais para elevadores de pessoal da CEAGESP.	171.039,39	
05	037/2011	Acordo coletivo de trabalho, firmado com a Federação dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Auxiliares de Administração no Comércio de Café em Geral e Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.	1.400.000,00	
		Total	3.472.039,39	



7.2.1.2 INFORMAÇÃO

Fato

Durante a análise de 4 (quatro) processos de Dispensa de Licitação, no valor de R\$ 417.282,00 (quatrocentos e dezessete mil e duzentos e oitenta e dois reais), quanto:

- ao correto enquadramento de acordo com as hipóteses de dispensa de licitação (art. 17 e art. 24, Lei nº 8.666/93); e
- a sua correta instrução (art. 26, Lei 8.666/93).

Observou-se que os procedimentos analisados atendem às orientações emanadas pelos órgãos de controle e guardam conformidade normativa. O quadro a seguir descreve a amostra analisada:

I - Dispensas

	Proc. Nº	Objeto	Valor	Obs.:
01	072/2009	Contratação de Serviços de Transporte Rodoviário de Materiais dentro do Estado de São Paulo.	37.924,00	
02	097/2011	Administração de Programa de Estágio – CIEE.	109.416,00	
03	006/2012	Aquisição de Óleo Diesel para as Unidades Armazenadoras de Tupã, Araraquara e Eng.º Schmidt.	208.022,00	
04	018/2012	Administração do Programa Adolescente Aprendiz – CIEE.	61.920,00	
		Total	417.282,00	

